

# **A Informação que Circula sobre a Política de Cotas no Ensino Superior<sup>1</sup>**

**IZABEL FRANÇA DE LIMA**

Bibliotecária. Mestre em Educação. Doutoranda em Ciências da Informação (UFMG).  
belbibb@yahoo.com.br

**STELLA MÁRCIA DE MORAIS SANTIAGO**

Pedagoga. Mestre em Educação (UFPB).  
stellammsantiago@yahoo.com.br

**MIRIAN DE ALBUQUERQUE AQUINO**

Doutora em Educação. Bolsista de Produtividade do CNPq. Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPB).  
miriabu@gmail.com

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado sob a forma de Comunicação no IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS - COPENE, no Simpósio II – Ações Afirmativas, Estado e Movimentos Sociais, realizado no período de 13-16 set. 2006 em Salvador-BA.



## Resumo

No contexto da sociedade da informação e do conhecimento, a exclusão ainda está presente em quase todos os países e, no Brasil, onde as questões raciais estão disfarçadas no mito da democracia racial, é mais difícil perceber o fosso existente entre diferentes segmentos da sociedade em que a população branca de maior poder aquisitivo tem acesso ao ensino superior, e a população negra de baixa renda é excluída. A educação é convocada para ocupar seu lugar na formação de cidadãos(ãs), visto que uma grande parte da população está fora dos espaços educativos, desde a educação básica até a superior. Objetiva-se, com a pesquisa, examinar como circula a informação sobre a política de cotas para negros, na opinião de docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba. A metodologia está ancorada na análise discursiva, que possibilita compreender o discurso de inclusão social/racial, a partir das informações dos respondentes do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Os dados aqui apresentados constituem um fragmento do corpus da pesquisa “Informação e Diversidade: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial” - PIBIC/CNPq/UFPB. Serviu de instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado, com perguntas abertas e fechadas, aplicado a docentes e discentes dos cursos de Contabilidade, Administração, Economia e Biblioteconomia. Concluímos que os argumentos apresentados pela maioria dos respondentes evidenciam o desacordo quanto à implementação da política de cotas para negros na universidade, revelando uma desinformação em relação às políticas de ações afirmativas que beneficiam e reparam a exclusão histórica de afrodescendentes no ensino superior.

## Palavras-chave

Sociedade da informação e do conhecimento. Informação. Ações afirmativas. Política de cotas para negros. Ensino superior.

## Introdução

O Brasil é um país onde ações redistributivas de combate à pobreza deveriam ocupar um lugar de destaque, considerando que a desigualdade é um dos principais problemas contemporâneos e que gera inquietações, dúvidas, angústias e anseios. Esses elementos ganham ainda mais força e enraizamento quando elevamos a reflexão para além do discurso da gestão inadequada dos recursos públicos que enfrentamos em nosso País, principalmente em relação aos benefícios destinados à população negra.

É preciso que se tenha em mente que o maior contingente de negros/as está alocado nas populações de baixa renda, que ainda estão/são desfavorecidas em vários setores sociais, em seus direitos e na possibilidade de alçar novos vãos, através da educação.

Nos dias atuais, deparamo-nos com uma realidade, no mínimo, assustadora, no que tange ao “boom” tecnológico, advento imperativo que nos abarca e faz-nos crer que, distante das inovações que a tecnologia supõe, dificilmente avançaremos. É inegável que muitas das ações rotineiras do ser humano, hoje, são facilmente desenvolvidas por máquinas, computadores, em



que basta um comando – manual ou de voz – e elas, prontamente, atendem ao que lhe fora programado para ser feito diante de tal ação.

Entretanto, esse mundo tecnológico mostra uma contradição. Em termos educacionais, os maiores índices de crianças, adolescentes e jovens ainda em formação encontram-se nas camadas menos favorecidas; além disso, evidencia-se que um índice elevado de indivíduos é da população negra, que sofre abuso devido à cor da pele e às características físicas, em todo o nosso contexto histórico, sem que se considere a existência de indivíduos com capacidade intelecto-cognitiva, em busca de oportunidades.

Do nosso ponto de vista, a política de cotas favorece cidadãos(ãs) negros(as) como uma possibilidade justa e merecedora, porque a condição social no Brasil privilegia brancos/as e expõe a população negra em situação de exclusão, interceptando seu ingresso e permanência nas universidades públicas. Os argumentos se pautam na ideia de que a implementação da política de cotas nas universidades públicas pode contribuir para uma desqualificação do ensino público, gerando informações inadequadas sobre os fundamentos dessa política.

É com base nesse viés investigativo e na crença de que, neste mundo, cada vez mais globalizado, os espaços precisam ser possibilitados a brancos(as) e negros(as), para que sejam diminuídos os índices discriminatórios e excludentes de nossa sociedade, que se deu este trabalho, com a intenção de abranger o olhar sobre as cotas e compreender o entendimento que se tem em relação a isso, em nosso meio, principalmente no âmbito da universidade. Assim, esta pesquisa busca, a partir das falas de docentes e discentes dos cursos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), analisar como a informação sobre as cotas circula no discurso da inclusão social/racial. Ou seja, objetiva compreender como essa informação está circulando entre docentes e discentes, que alcance está tendo e a que propósito está servindo. Afinal, qual a informação que circula sobre a política de cotas nesses cursos UFPB? É o que pretendemos compreender.

## **1 Sociedade da informação e as instituições de ensino superior**

Na atualidade brasileira, o “design” da sociedade da informação está relacionado ao avanço da economia e das tecnologias da informação e comunicação. Segundo Takahashi (2000), a soberania e a autonomia dos países dependem do conhecimento, da educação e do desenvolvimento tecnológico. É sabido que a informação sempre foi elemento importante para a evolução da sociedade, desenvolvendo importantes papéis sociais, em todos os campos em que circula, seja na economia, na cultura, na política ou na educação. Esse poder da informação ocorre em escala mundial, independente do nível de desenvolvimento do país.

No surgimento de uma nova economia, Castells (1999, p. 87) identifica duas importantes características: a primeira, a informacional, ligada a dois fatores: a produtividade e a

competitividade, que dependem basicamente da capacidade de gerar e aplicar, de forma eficiente, a informação baseada em conhecimento; a segunda característica é global, pois que, como bem fora definido por esse autor, “as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos” (CASTELLS, 1999, p. 87).

No entanto, neste mundo globalizado, onde a economia rege ações e impulsiona descobertas, apenas alguns indivíduos têm acesso aos meios tecnológicos: aqueles que conseguiram se sobressair nos negócios ou no mundo da produção, enquanto outros “são afetados diferentemente pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, da base de conhecimentos e, sobretudo, da capacidade de aprender e inovar” (TAKAHASHI, 2000, p. 5). Se é um acontecimento irreversível o que a sociedade globalizada nos impõe e, conseqüentemente, a educação, o que dizer da exclusão informacional ainda reinante no nosso País quando fixamos o olhar sobre a população de baixa renda? Se, conforme apresenta More (1999, p. 97), “uma sociedade da informação é uma sociedade na qual a informação é utilizada intensivamente como elemento da vida econômica, social, cultural e política”, como entender a exclusão social? Sobre essa característica da Sociedade da Informação, ratifica Castells (1999, p. 87):

[...] é informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede global de interação [...] e a revolução da tecnologia da informação fornece a base material indispensável para essa nova economia.

Então, não há como negar que todos nós, indivíduos dessa contemporaneidade tecnológica, somos diretamente afetados por essa sociedade e por todos os campos sociais, políticos e econômicos. Não há dúvida de que “é a conexão histórica entre a base de informação/conhecimento da economia, seu alcance global e a Revolução da Tecnologia da Informação que cria um novo sistema econômico distinto” (CASTELLS, 1999, p. 87) e excludente. Essa afirmação do autor leva-nos a entender que há uma incoerência entre o discurso da Sociedade da Informação e a condição social da população negra.

A informação e o conhecimento sempre integraram o sistema econômico, e a educação, como um dos pilares da inclusão social e, conseqüentemente, da construção da sociedade da informação e do conhecimento, é afetada pelos resultados dessa integração. Nessa perspectiva, a educação assume um papel relevante em uma sociedade que prioriza o domínio de certas habilidades. Os indivíduos desprovidos de competências para criar e processar a informação e o conhecimento que essa sociedade valoriza acabam sendo excluídos. As pesquisas nacionais mostram que os maiores índices de exclusão social em todos os níveis estão nas camadas de baixa renda, havendo nela um enorme contingente de indivíduos da população negra.

À luz das reflexões de Cunha Júnior (2002, p. 30), observa-se que “o contexto das relações sociais brasileira produz uma forma de inclusão baseada na submissão e na inferiorização de tudo o que tem relação com as africanidades e as afrodescendências. Indo além das relações interpessoais ou coletivas, abrange todo o universo das instituições e culturas”. Assim, se estamos de acordo que a organização do conhecimento e a sua transmissão baseada em critérios de exclusão terminam por privilegiar os grupos dominantes, cabe à educação facilitar o acesso à formação dos indivíduos, com base na aquisição desses conhecimentos, permitindo o desenvolvimento das habilidades e competências requeridas socialmente, a partir da consideração de todos os saberes de que os indivíduos necessitam em todos os níveis e grupos sociais (IMBERNÓN, 2002).

Para Aquino (2001), a educação brasileira ainda não superou a cegueira histórico-cultural reproduzida no discurso dominante, podendo isso ser constatado na informação que circula nas instituições formais de educação, que deveriam informar, mas, na verdade, desinformam, ao excluírem as imagens positivas da população negra quando ressaltam eventuais passagens da história oficial do País, o que contribui para a produção e a disseminação de informações que ferem aos princípios morais e éticos da população negra.

Diante disso, percebemos que as instituições públicas de ensino superior do Brasil, cuja função é a de formar cidadãos(ãs) competentes, críticos e atuantes para o desenvolvimento econômico, social e cultural do País, apresentam-se com diversos problemas estruturais, principalmente com a falta de recursos de diversas ordens, para fortalecer os cursos de graduação. Paradoxalmente, quando se argumenta em favor de possibilidades de acesso a esses cursos para os grupos marginalizados, inúmeras vezes se levantam para discordar e obstaculizar ações nesse sentido, mesmo em universidades que, em termos de produção científica e de reflexão crítica, assumem um lugar de destaque.

Caberia ainda questionar-mos: mas é essa a postura adequada ao nível de academia/instituição desveladora do saber? Acreditamos que não, e como nós Silveira (2009, p. 1):

A Universidade pública, instituição em que, por definição, deveria grassar o espírito crítico, a polêmica, o debate, a concordância, a discordância, por (supostamente) constituir-se uma representação da sociedade<sup>2</sup>, contudo, pela tradição histórica brasileira de continuar sendo uma instituição de privilégio<sup>3</sup>,

---

2 Estamos nos referindo à diversidade sociocultural que a Universidade deve representar, em termos de alunado que, em princípio, teria acesso à instituição pelo critério da capacidade, o que promoveria a equalização de oportunidades educacionais. Contextualizando para o Brasil, essa representatividade, devido à base histórica de acumulação de privilégios em nossa sociedade, compromete a diversidade inscrita no significado de Universidade, a sua universalidade na diversidade.

3 A propósito do Ensino Superior brasileiro como privilégio, cf. Castelo Branco (2005 apud SILVEIRA, 2009).

reage de forma paquidérmica, sem muita sensibilidade para os problemas da sociedade abrangente.

## 1.1 Informação sobre políticas de cotas para negros

No final dos anos 1970, houve uma redemocratização da sociedade brasileira, que coincidiu com a divulgação de novas interpretações sobre as relações raciais no Brasil. Até então, os estudos patrocinados pela Unesco, no início da década de 1950, e seus desdobramentos nos anos 1960 haviam revelado as tensões entre o mito da democracia racial e o “racismo à brasileira”, mas só. Porém, desde o final da década 1970, pesquisadores como Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle e Silva, com base em dados quantitativos e apoiados em uma visão crítica da teoria da modernização e de determinadas análises estruturalistas, contestaram interpretações oriundas do Projeto Unesco, a exemplo do trabalho de Florestan Fernandes, quanto à natureza pré-moderna do “racismo à brasileira” e à subsunção da categoria raça à classe (MAIO; SANTOS, 2005).

No entanto, até meados dos anos 1990, a adoção de políticas de ação afirmativa no Brasil ainda gerava controvérsias tanto no movimento negro quanto entre cientistas sociais do campo das relações raciais. Mesmo assim, o tema entra na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso ao instituir, por decreto, no dia 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, por ocasião de uma manifestação em homenagem aos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Desde então, muito foi preciso caminhar e se efetivar a respeito, considerando que a intenção era implementar, aqui no Brasil, algo semelhante ao que fora feito nos Estados Unidos, com relação às políticas afirmativas. Foi também no governo deste que teve início à discussão de cotas, quando já se pensava em 20% para negros das vagas no serviço público. Já o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem apresentando alguns avanços em relação à problemática da população negra não apenas com a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Igualdade Racial (SEPPIR), mas também com algumas iniciativas como o Programa Brasil Quilombola e o Prouni, dentre outros, além da implantação da Lei nº 10639/2003, que garante o ensino da cultura e da história afro-brasileira na escola e o Plano de Trabalho Doméstico Cidadão, dando continuidade às propostas de ações desenhadas pela Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul.

Contudo, os atos mais simbólicos para os quais o Governo Federal acenou foi a abertura de espaço para que organizações da sociedade civil buscassem definir e implementar políticas de ação afirmativa, mediante a execução de projetos voltados para a educação e o mercado de trabalho, e patrocinados por fundações filantrópicas internacionais, empresas, igrejas, etc. Além

disso, ampliou-se o número de órgãos estaduais e municipais voltados para a população negra (TELLES, 2003 apud MAIO; SANTOS, 2005).

Apesar dessas ações de combate ao racismo, é inegável, em nosso país, a existência de preconceito racial, e o que mais assusta é o tipo de preconceito que enfrentamos, maquiado, velado, escamoteado na ‘aceitação’ das pessoas, disfarçado de bondade ou de sentimento de superioridade. É isso o que se quer combater com as políticas de cotas.

## 2 Racismo no Brasil *versus* ações afirmativas

As políticas educacionais precisam intensificar e fortalecer as ações afirmativas para combater as desigualdades sociais, focando as principais fontes de discriminação – a pobreza e o racismo.

[...] essa questão do racismo, como um poder que exclui, que elimina, foi construída historicamente, a gente sabe disso, mas precisamos nos contrapor a essa ideologia, que permite uma exploração do outro, simplesmente por ser diferente, simplesmente por pertencer a um grupo que não o meu, a um grupo étnico que difere do meu. Então, faz com que eu possa me dar o direito de usar esse outro, usar o diferente, ou de me apropriar desse diferente, no sentido de dominá-lo. (SANTOS, 2001).

Para Aquino (2001), o racismo não se instaura, apenas, como uma prática exercida por indivíduos isolados, mas também se institucionaliza constituindo grupos extremistas que desejam se livrar de cidadãos(ãs) considerados nocivos à sociedade. Aprofundando essa questão, Munanga (1996, p. 215) apresenta a seguinte reflexão: “o racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo. Meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”. Nesse sentido, o discurso do Ministro da Educação, em solenidade de abertura do IV Congresso Afro-Brasileiro realizado no Recife em 1994, considerou que “[...] a discriminação do negro no Brasil não é racial e sim social”. Tal argumento reforça a ideia de que o mito da democracia racial em nosso País é resistente e, por isso, difícil de enfrentar uma realidade não-aceita e não-assumida. Nós, brasileiros, acreditamos que vivemos num paraíso racial, que estamos imbuídos de uma democracia racial e que não existe conflito racial. Na verdade, acreditamos nisso porque fomos ensinados a pensar que é assim, sejam brancos e negros. Talvez porque pensar assim seja mais fácil.

O Brasil, para Munanga (2003), nunca assumiu seu racismo como uma condição *sine qua non* para pensar em políticas de ações afirmativas. Por essa razão, considera que os instrumentos

devem ser criados através de caminhos próprios ou da inspiração de caminhos trilhados por outros países em situação semelhante.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o autor questiona: Como aumentar o contingente negro no ensino superior público, considerando que, mesmo depois de 114 anos de abolição, encontramos-nos com apenas 2% de ingressantes universitários negros, em contrapartida aos 97% universitários brancos. Em suas observações, Munanga revela que, dos “22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, 70% deles são negros [e] dos 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros”.

Isso remete à necessidade de uma “reforma de pensamento” (MORIN, 2000) dos intelectuais da educação, visando implementar medidas efetivas de reparação, para que a sociedade brasileira possa conscientizar-se de que o racismo está presente em nosso cotidiano. Essa reforma deve evidenciar o reconhecimento dessa problemática e a necessidade de intensificação das políticas públicas e debates, como aqueles ocorridos nos Seminários regionais de preparação para a Conferência de Durban para mudar essa realidade.

Nós reconhecemos que há uma problemática racial no Brasil, que a sociedade brasileira é racializada, e essa postura governamental está claramente definida no primeiro relatório que apresentamos ao Comitê Internacional para a Erradicação da Discriminação Racial das Nações Unidas, um relatório de 1996 do governo brasileiro. (SEMINÁRIO RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA, 2000)<sup>4</sup>.

Nesse mesmo Seminário, foram apresentados dados de pesquisas realizadas pelo IBGE e pelo IPEA, mostrando que, ao fazer o corte racial no Brasil, fica transparente a desigualdade no que diz respeito a trabalho, a renda e a instrução. No Ministério do Trabalho, há pesquisas que mostram trabalhadores negros, exercendo o mesmo trabalho que não-negros, mas que recebem menos. Uma das nossas questões é que a sociedade brasileira vê a pobreza na população negra como uma coisa natural, isso não é natural, e para nós, significa a crença, mesmo que inconsciente, de que o negro é inferior. A situação posta ao negro no Brasil é decorrente de um processo histórico e suas dores, que como tal precisa de ações que o transfigurem a um hoje e amanhã modificado para melhor, algo que é possível com a política de cotas.

---

4 Palavras do Sr. Marco Antônio Brandão, Diretor do Departamento de Direitos Humanos do Itamaraty.

### 3 Metodologia

A metodologia ancora-se na abordagem discursiva, com o objetivo de compreender o discurso de inclusão social/racial a partir das informações obtidas por meio da aplicação de um questionário aos sujeitos do CCSA/UFPB. Por discurso, entendemos “o efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 1987). Os dados aqui apresentados constituem um fragmento do corpus da pesquisa, intitulada “Informação e Diversidade: a imagem do afrodescendente no discurso de inclusão social/racial” – PIBIC/CNPq/UFPB, concluída em 2006.

Do *corpus* da pesquisa, selecionamos enunciados de docentes e discentes que tratam das ações afirmativas, com o intuito de analisar a informação que circula sobre a política de cotas para negros (as) nas universidades públicas. Foram aplicados 32 questionários a docentes e discentes dos cursos de Administração, Biblioteconomia, Contabilidade e Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, sendo 16 para cada um dos segmentos, obtendo-se um perfil dos sujeitos da pesquisa, conforme aponta os dados nos Quadros 1 e 2.

Grau de Escolaridade/Curso		Faixa Etária		Sexo		Cor	
Pós-doutor	1	+ de 60	3	Feminino	9	Branca	11
Doutor	7	51-60	6	Masculino	7	Negra	1
Mestre	5	41-50	6			Parda	4
Especialista	2	20-30	1				
Graduado	1						

**Quadro 1** – Perfil dos docentes dos cursos do CCSA

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2006.

Analisando os dados do Quadro 1, observamos que, em relação ao item “Grau de escolaridade”, a maioria dos docentes que responderam ao questionário tem cursos de pós-graduação, sendo que apenas um deles ainda se encontra no nível da graduação. Outro item que nos chamou a atenção é que a cor branca é predominante, reforçando a ideia de que brancos (as) ocupam mais espaços nas instituições educacionais do que negros (as). Esse dado vem confirmar as reflexões de Munanga (2003) sobre a pesquisa do IPEA, quando revela que, no Brasil, “do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais”.

Grau de escolaridade/Curso		Faixa etária		Sexo		Cor	
Especialização	1	18-19	2	Feminino	11	Branca	7
Grad. Administração	1	20-30	13	Masculino	5	Parda	3
Grad. Biblioteconomia	6	+ de 30	1			Negra	4
Grad. Ciências Contábeis	1					Outra	2
Grad. Economia	7						

**Quadro 2** – Perfil dos discentes dos cursos do CCSA

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2006.

Em relação aos discentes (Quadro 2), evidencia-se o item “cor”, havendo predominância de indivíduos brancos nas universidades públicas, onde a presença de negros(as) é baixa. No Brasil, a população negra é minoria no ensino superior. Assim, os(as) negros(as) “estão ausentes da universidade como consequência de um mecanismo estrutural que privilegia os brancos.” Essa constatação se aproxima da constatação de Carvalho (2005, p. 31) ao apontar vários estudos realizados em cinco universidades federais brasileiras, que mostram que a questão da desigualdade está relacionada não só à pobreza, mas também à discriminação da cor.

Analisando os enunciados dos docentes, observamos que 12 deles discordam da política de cotas como uma forma de inclusão social/racial por considerar que tal instrumento pode contribuir ainda mais para o acirramento do racismo. Apenas quatro docentes concordam com a política de cotas, porque admitem que essa forma de inclusão amplia as possibilidades de negros(as) terem acesso ao ensino superior.

A mesma questão foi respondida pelos discentes, sendo que apenas seis deles concordam que a política de cotas para negros(as) é uma forma de igualdade de acesso ao ensino superior. Um dos docentes considera que “a política de cotas amplia as possibilidades dos negros ingressarem nas universidades públicas” (P<sub>7</sub>). Outro enunciado de docente coloca a responsabilidade na universidade como um locus produtor dessa exclusão social, afirmando: “Essa medida forçará as universidades públicas a enfrentarem o problema da exclusão social de uma forma ativa” (P<sub>15</sub>).

Sobre essa mesma questão, dez docentes discordam desse mecanismo, justificando que as cotas representam mais uma forma de discriminação. Essa questão aparece de forma bastante acentuada no discurso de P<sub>3</sub>, quando diz que a política de cotas “discrimina os negros de forma absurda. Isso é que é racismo”, enfatiza.

No discurso de  $P_5$ , a política aparece como uma dupla forma de “ratificação da exclusão racial/social”. Essa ideia vai ficando cada vez mais explícita em seu discurso, quando expressa: “Acredito na inteligência dos negros quanto na dos brancos, portanto todos são iguais para desfrutar vagas na universidade”. Ele parece estar desinformado sobre desigualdade entre brancos(as) e negros(as), no que diz respeito à concorrência de vagas no ensino superior. O discurso de  $P_5$  carrega uma desinformação sobre a situação de discentes negros (as) que concorrem a uma vaga na universidade pública brasileira, onde o contingente de brancos que está competindo com eles deixa-os sem chance alguma.

Já o posicionamento de  $P_{16}$  é mais contundente, quando ele deixa transparecer no seu discurso alguns dos aspectos relacionados ao contexto político brasileiro, tais como “representações de interesses” ou “uma declaração efetiva de suas intenções”. Vejamos o enunciado: “Por ser demagógica e eleitoreira, por não combater nenhuma causa do problema, simplesmente transferindo-o para a universidade. É uma política racista”. Fica claro, em seu discurso, que o Estado, através das políticas públicas, transfere a sua responsabilidade para as instituições de ensino superior. Nesse sentido, Carvalho (2005, p. 57) sinaliza que “o único modo de deter e começar a reverter o processo crônico de desvantagem dos negros no Brasil é recompensá-los conscientemente, sobretudo naqueles espaços em que essa ação compensatória tenha maior poder de multiplicação”. É a educação um desses espaços onde a informação deve circular de modo coerente e crítico, no sentido de intensificar as ações em benefício da população negra.

Ao analisarmos os enunciados dos discentes, percebemos que seus discursos traduzem a ideia de que a política de cotas reforça a discriminação racial. Vejamos o enunciado seguinte: “Acho que essa política é a própria discriminação, pois para que haja igualdade plena não é necessário que seja dada essa vantagem a negros e pardos” ( $A_{11}$ ). Compartilhando desse ponto de vista, uma outra posição de um discente é colocada: “Já é uma forma de discriminação, passa a imagem de quem tem a pele negra não tem capacidade de passar numa prova de seleção competindo com brancos” ( $A_{13}$ ). Entretanto, ( $A_{11}$ ) e ( $A_{13}$ ) não apresentam uma solução para o problema, demonstrando desinformação quanto à realidade em que a população negra vive no Brasil.

Uma outra forma de discordância sobre a política de cotas, mostrada pelos discentes, é engendrada no enunciado que reconhece essa política como “uma discriminação porque a população negra é igual à população branca” ( $A_{15}$ ). Há uma desinformação nesse discurso, porque o entrevistado não explicitou em que termos o(a) branco(a) e o(a) negro(a) são iguais. Nesse ponto, é possível compreender, a partir das análises de Carvalho (2005, p. 56), que negros(as) perdem para brancos(as) porque não podem pagar o mesmo cursinho preparatório, porque herdaram de seus ancestrais a discriminação histórica no mercado de trabalho, onde os brancos sempre

ocuparam as melhores posições. Portanto, não são iguais porque não estão lutando entre si em igualdades de condições.

Dos informantes que concordam que a política de cotas é um instrumento de inclusão social/racial, extraímos um enunciado que diz: “Com esse tipo de ação o número de negros a ingressarem na universidade se torna cada vez maior” (A<sub>1</sub>). Há, nesse discurso, uma defesa das cotas, uma oportunidade de inclusão. Um outro enunciado também reforça esse posicionamento: “Sabemos que a origem desses estudantes geralmente é humilde e a possibilidade é pouca para uma disputa por vaga nas universidades públicas” (A<sub>8</sub>). Refletindo sobre a situação da população negra, Cunha Júnior (2005) ressalta que o número de pobres negros, “sem trabalho, sem escolaridade, sem saúde” é histórico, acarretando um problema social que tem “implicações do racismo na sua imposição”.

Ao indagarmos sobre “outras políticas necessárias para inclusão social/racial” para a população negra, a maioria dos docentes consideram que a melhoria do ensino fundamental e do médio depende de uma política correta para ampliar o acesso à universidade pública, como podemos observar nos enunciados “aumento de vagas e melhoria dos serviços educacionais para a população de baixa renda” (P<sub>2</sub>), “Ensino fundamental e médio público e de qualidade, pois não é só as pessoas de pele escura que são excluídas socialmente” (P<sub>6</sub>) e “Melhorar a educação e a distribuição de renda” (P<sub>13</sub>). Tais posicionamentos reforçam o discurso de que “a presença de estudantes negros em cursos de ensino superior incidirá muito positivamente na reversão do ciclo perverso da discriminação nas escolas de segundo grau, em que a maioria dos professores é também branca” (CARVALHO, 2005, p. 49).

Há docentes que apostam na implementação de políticas públicas de inclusão ou de cotas raciais desde o ensino fundamental, como pode ser observado no enunciado: “Uma política de inclusão desses alunos desde o ensino fundamental, com isso, a longo prazo, esses alunos podem em número maior entrar na universidade” (A<sub>5</sub>). Outro docente concorda que “Políticas sociais de renda mínima e melhor distribuição de renda” (A<sub>10</sub>) ajudam a reduzir a exclusão social. Outro considera que o Estado é o principal responsável pela redução da desigualdade social: “Acredito que o próprio governo deve dar melhor condição de ensino ao pessoal de escola pública onde se percebe um maior número de pessoas de pele negra” (A<sub>13</sub>).

Outra questão colocada para os docentes desenvolveu-se em torno da concepção de racismo. Para um deles, o racismo tem a ver com “o tratamento diferenciado de pessoas a partir da cor da pele” (P<sub>2</sub>). Outro docente afirmou que o “racismo é a rejeição do seu próximo porque ele não é como você gostaria que ele fosse e de em modo geral é a rejeição de uma cultura (crenças, valores, arte, religião...) por achá-la inferior aquela que você tem como ponto de referência” (P<sub>5</sub>).

Quando à opinião dos docentes sobre o racismo, selecionamos os seguintes enunciados: “Racismo é a discriminação a qualquer pessoa seja pela cor, religião, política, classe social etc.”

(A<sub>1</sub>). É a exclusão de pessoas de cor, etnia, religião e etc., diferentes (A<sub>7</sub>); “discriminação de acordo com a raça, levando a formação de uma imagem de inferioridade” (A<sub>12</sub>).

Teoricamente, tanto os professores quanto os alunos parecem estar informados sobre o significado do racismo, entretanto, não foi possível identificar como se posicionam em situações em que esse tipo de preconceito se concretiza.

## 4 Considerações finais

A questão das políticas de cotas precisa ser vista para além dos discursos. Não se trata de uma comparação para saber quem é mais inteligente, se brancos(as) ou negros(as), mas sim, evidenciar questões de desigualdade social que perduram a mais de 500 anos. O que está em questão é o acesso à informação, que não acontece com tanta frequência com a população negra quanto com a branca, pois a maioria deles não tem o mesmo poder aquisitivo que os brancos – o que prejudica a aquisição de bons livros e o acesso aos diversos recursos tecnológicos; assim, em relação ao nível de escolarização, não estão em pé de igualdade com os brancos, haja vista que a maioria frequenta as escolas públicas, por vezes, sucateadas e desacreditadas, devido à falta de aulas, professores(as) desmotivados(as), sem condições de melhoria de sua qualificação e, em alguns casos, até pela falta de interesse para isso, já que a remuneração salarial não compensa.

É imprescindível questionar: Como alunos(as), nessas condições de ensino, podem competir, diretamente, com um aluno(a) que estudou em escolas onde os professores (as) são qualificados(as), em que há espaços físicos bem estruturados, como laboratórios, bibliotecas, salão de jogos, garantindo o lazer e sua estada na escola de forma salutar; onde o acesso a Internet, e aos demais recursos didático-pedagógicos são feitos com o acompanhamento de profissionais capacitados para tal, que só contribuem para uma boa formação? Como negros(as) pobres podem ingressar em uma faculdade e acompanhar o desenvolvimento do curso, para o qual prestou o concurso vestibular, com excelência, quando não dispõem de condições básicas para esse alcance? Os que conseguem são pouquíssimos. Seria por serem incapazes? Acreditamos que não. Mas sim, por não terem a devida oportunidade de competir com igualdade de condições de base educacional. Por isso as cotas são urgentes.

Queremos, pois, que as políticas públicas para a educação, de fato, invistam na melhoria no ensino público, nas reformas de base dessas instituições, na capacitação dos profissionais que por elas são responsáveis. Por isso, há que se reconhecer que, nas mais diversas esferas da sociedade brasileira, seja no tocante à educação, à saúde ou às condições socioeconômicas, há iniquidades no plano étnico-racial que precisam ser combatidas veementemente.

Mas, enquanto essas mudanças não acontecem na prática, de fato e de direito, a política de cotas é um paliativo mais que necessário. Acreditamos na reestruturação e qualificação do ensino público, mas é urgente a inserção de negros(as) nos ambientes universitários. Juntos, brancos(as)

e negros(as) serão capazes de experienciar as diversidades vivenciadas por cada um dos grupos, nesta nossa sociedade tão antagônica, e ir em busca de melhorias para a mesma, pois, quanto mais próximos estivermos, brancos(as) e negros(as), dividindo experiências, somando ideias, mais estaremos contribuindo para a aceitação mútua, sem máscaras, sem manchas. Pois, assim como Silveira (2009), também compreendemos que a unicidade se configura na diversidade.

Acreditamos seguramente que, se as informações acerca da política de cotas fossem melhor disseminadas, todos os que são contrários a elas, como uma parte da população negra, que se sente diminuída por essa ação afirmativa, compreenderiam o seu alcance social e lutariam por ele.

Enquanto sociedade e indivíduos conscientes de nosso dever e ação social, não podemos nos omitir, pois a omissão só acarretaria a ampliação do fosso social em que nos encontramos, em detrimento da população negra. As políticas de Cotas não representam a discriminação que muitos negros têm medo de ser re-alimentada. Não é isso! É preciso enxergar a possibilidade de mudança social que elas carregam, haja vista que a intenção é possibilitar uma forma de ingresso mais equitativa, considerando as condições de acesso à educação de base de brancos (as) e de negros (as), nos dias atuais, no nosso país. Mesmo no universo das cotas, é preciso compreender que só entrarão os que conseguirem atingir os índices esperados. Ainda há seleção, ainda pautar-se-á no mérito, a diferença é que eles concorrerão com um contingente mais próximo da sua realidade educacional até então. Do contrário, estarão fadados a sempre serem minoria nesse ‘país tão rico’ e com suas riquezas tão mal distribuídas, chamado Brasil.

### **Information Being Spread about Share Policy in the University Teaching**

#### **Abstract**

Exclusion is still present in the context of knowledge and information society in almost all countries and, in Brazil, where racial matters are disguised in the racial democracy myth, it is more difficult to perceive the existing gap among different society segments in which the white population, with a higher purchasing power, has access to university teaching, and the black people, with low income, are excluded. Education is urged to take its place regarding citizens' formation once the majority of the population is not included in the educational scope, from the elementary education up to the university degree. This research aims to look into how the information, about the share policy for the black people, spreads in the professors' and students' opinion from Federal University of Paraíba. The methodology is based on discourse analysis, which enables to understand the racial/social inclusion discourse, through the respondents' information from the Applied and Social Sciences Centre. The data presented make up a fragment of the research corpus "Information and Diversity: the afro descendant image in the social/racial inclusion discourse" – PIBIC/CNPq/UFPB. A semi-structured questionnaire, with open and closed questions, was used as data collection instrument. It was answered by professors and students from Accounting, Business, Economics and Librarianship courses. We conclude that the statements, presented by the majority of the respondents, highlight the disagreement referring to the share policy implementation for the black people

at the university. This reveals, thus, a lack of information in relation to affirmative action policies which benefit and compensate for the afrodescendent historical exclusion at university teaching.

### Keywords

Knowledge and information society. Information. Affirmative actions. Share policy for the Black People. University teaching.

### Referências

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Tecnologias da informação e racismo: combatendo monstros com arma suave. In: SABÓIA, Gilberto Vergene; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.).

**Anais de seminários regionais preparatórios para Conferência Mundial contra racismo, xenofobia e intolerância correlata** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2001. p. 191-206.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Africanidades, afrodescendências e educação**. 2002.

Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/boletins2001/edc/edctxt5b.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. 205 p.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB).

**Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 181-214, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100011)>.

Acesso em: 23 jun. 2009.

MORE, Nike. A sociedade da informação. In: IBICT. **A informação: tendências para o novo milênio**. Brasília, 1999. Cap. 6, p. 94-108.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silencioso. In: SCHUWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 213-229.



\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 2, n. 22, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>> Acesso em: 20 jun. 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1987.

RIBEIRO, Matilde. **Ações afirmativas pelo fim das desigualdades**: In: CONFERÊNCIA REGIONAL DAS AMÉRICAS SOBRE OS AVANÇOS NO PLANO DE AÇÃO E DESAFIOS CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIAS CORRELATAS, 1., 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.americascontraracismo.com.br/index.cfm?url=noticias/noticias19.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2006.

SANTOS, Risomar Alves dos. O papel da educação na prevenção do racismo e da intolerância. In: SABÓIA, Gilberto Vergene; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Anais de seminários regionais preparatórios para a Conferência Mundial contra Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2001. p. 191-206.

SEMINÁRIO RACISMO, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA, 2000, Belém. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2000. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/RACISMO/HP%20Racismo.doc>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Políticas afirmativas e quotas**: construção histórica do direito à igualdade substantiva. 2009. Disponível em: <<http://www.adufpb.org.br/arquivos/Politicafirmativas-e-Quotas-RosaGodoy.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil**: o livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.

### Correspondência

**IZABEL FRANÇA DE LIMA**  
Rua Rejane Freire Correia, 88 - Apto 703  
Jardim Cidade Universitária  
58052-197 - João Pessoa - PB  
Fone: (83) 2335-2556 / 8790-1287  
[belbibb@yahoo.com.br](mailto:belbibb@yahoo.com.br)

*Recebido em 10.07.2009*

*Aprovado em 27.08.2009*